

Violência e inocência: configuração social no Brasil

Andressa Marques Pinto*

RESUMO:

O presente trabalho investiga como a inocência e a violência podem ser vistas como traços da sociedade brasileira e como a afirmação da inocência, marca da identidade nacional, dissimula um processo civilizatório violento. Subsidiarão-nos autores contemporâneos que tematizam a cidade, como Rubem Fonseca, Marcelino Freire, Ferréz; e Machado de Assis, que refletiu lucidamente sobre a dinâmica social da monarquia escravocrata brasileira.

Palavras-chave: Inocência. Violência. Identidade. Configuração Social.

Introdução

A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil. Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; seu contato foi a primeira forma que recebeu a natureza virgem do país, e foi a que ele guardou; ela povoou-o como se fosse uma religião natural e viva, com os seus mitos, suas lendas, seus encantamentos; insuflou-lhe sua alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas sem amargor, seu silêncio sem concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte... É ela o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do norte (VELOSO, 2000).

A epígrafe acima, de autoria de Joaquim Nabuco e musicada por Caetano Veloso sob o título “Noites do Norte” em disco homônimo, aponta para um dos elementos mais significativos e ricos em consequência na formação social do Brasil: o sistema escravocrata. Implementada pelo sistema colonial, a escravidão foi mantida por longo período, mesmo após a proclamação da independência, e funcionou como base de sustentação de um regime rural e patriarcal em que a lógica da casa grande e da senzala definia relações políticas e, sobretudo, sociais. No mesmo disco, cujas canções apresentam como temática questões relativas à cultura do norte e nordeste do país, a canção “Zumbi” bem retrata tal configuração social: “De um lado cana-de-açúcar / De outro lado o cafezal / Ao centro os senhores sentados / Vendo a colheita do algodão branco / Sendo colhida por mãos negras” (VELOSO, 2000).

Essa lógica escravista e patriarcal segmentou a sociedade brasileira em basicamente três classes, a saber, o senhor (homem branco e de posses), o homem branco (livre e destituído de posses) e o escravo negro. Tal fato gerou uma dinâmica social bastante particular, uma vez que conflitos de classe se confundiam com questões raciais, ou seja, mesmo sendo explorado pelo senhor, o homem branco encontrava-se em um patamar social superior ao homem negro, que mesmo livre não ascenderia ao status do homem branco.

Findas a colonização, a escravidão e a monarquia, a dinâmica social instaurada pela “primeira forma que recebeu a natureza virgem do país” (VELOSO, 2000) manteve firme suas raízes que espalham grotescos frutos na sociedade. Além de gerar, como já dito, desigualdades raciais que extrapolam o conflito de classes, o sistema escravista, atrelado ao processo colonizador, naturalizou processos igualmente antagônicos e indissociáveis: a violência e a inocência, ou seja, a ausência de culpa por sua prática. Isso se dá pelo fato de

sob a prerrogativa de ser parte do sistema vigente, e necessária para a sua manutenção, a violência, praticada em larga escala contra o escravo, não podia ser personificada em quem a praticava diretamente, uma vez que tanto a vítima quanto o algoz são peças da engrenagem que gira o motor social, cujo combustível é a própria violência.

Interessa-nos neste trabalho investigar como a literatura lida com essas questões, procurando evidenciar que a violência e a inocência podem ser vistas como traços constituintes da sociedade brasileira, e pensar em que medida a afirmação da inocência carrega em si a dissimulação de um processo civilizatório extremamente violento. Para tanto, partiremos da lúcida explanação sobre a dinâmica social da monarquia escravocrata brasileira que faz Machado de Assis no conto “Pai contra mãe” e, em seguida, procuraremos demonstrar na leitura de alguns autores contemporâneos, tais quais Rubem Fonseca, Marcelino Freire e Ferréz, como as marcas de tal dinâmica se traduzem em segregação social, preconceito e violência na sociedade brasileira do presente.

O não-lugar social e a ordem escravista

O conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis, foi publicado em 1906 no volume *Relíquias de Casa Velha*. Logo na abertura do livro, Machado adverte que apresentará “lembranças de um dia ou de outro, da tristeza que passou, da felicidade que se perdeu” (ASSIS, 1994, p. 2). Da mesma maneira, há no conto um narrador que relatará algumas lembranças tempos depois dos fatos narrados, ou seja, seremos transportados ao contexto da prática escravocrata no Brasil, momento marcado pela “manutenção do direito de propriedade do senhor sobre o escravo, visto enquanto mercadoria, e pela necessidade de inclusão social do homem livre” (LOPES, 2007, p. 85).

O conto é iniciado com a descrição de instrumentos utilizados com o intuito de manter em funcionamento a ordem escravista:

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dous para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas” (ASSIS, 2003, p. 359, grifo nosso).

A citação acima nos revela dois aspectos relevantes no conto: um referente à questão temporal e outro relativo à posição crítica do narrador acerca da instituição escravocrata. A respeito do primeiro aspecto, notamos que Machado, em 1906, dezoito anos depois da abolição da escravidão, pretendeu resgatar as lembranças sobre tal instituição, explicitando que ela deixara marcas na sociedade. Ressalta-se que a abolição da escravidão, como diz o narrador, levava consigo apenas “ofícios e aparelhos” e não seus reflexos sociais. Com relação à posição crítica do narrador, tiraríamos uma conclusão falaciosa se nos prendêssemos a uma análise superficial da frieza com que descreve a utilização e finalidade da máscara de folha-de-flandres e não nos atentássemos à marca da ironia, característica do narrador machadiano, na passagem grifada. Além disso, mais a diante, o narrador tece um comentário que explicita sua posição perante tal ordem: “Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel” (ASSIS, 2003, p. 359).

Como afirma Schwarz em seu ensaio “A velha pobre e o retratista”, tal parcialidade e, por vezes, a frieza, é uma marca do narrador de Machado de Assis que

Em vez de buscar a isenção, e a confiança que a imparcialidade suscita, [...] dá espetáculos de desprazer, que vão da picuinha à semostração literária ao crime. [...] [e] a má-fé deliberada no trato dos pobres exaspera o sentimento de injustiça no leitor (SCHWARZ, 1983, p. 46).

Com a descrição dos instrumentos utilizados para a manutenção da ordem escravocrata, assim como sua finalidade, a punição pela má conduta e a coibição de maus comportamentos, o narrador proporciona ao leitor a visualização do funcionamento dessa grotesca instituição. Vale destacar uma terceira funcionalidade da máscara de folha-de-flandres: a “proteção” do escravo, promovida pelo senhor, da prática do pecado do roubo. Esta constatação apresenta-se em sintonia com a concepção de desumanidade e incivilidade do negro que não somente justificava a sua escravização como a investia de certa “nobreza” e “bondade” do homem branco, civilizado e cristão.

Após descrever a funcionalidade e finalidade da máscara de folha-de-flandres, o narrador indica a intenção e o tom do texto: “Mas não cuidemos de máscaras”, indicando que falará sobre a escravidão revelando todo seu aspecto cruel e grotesco. Nessa perspectiva, o narrador segue relatando uma prática recorrente na época, a fuga de escravos: “Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada”. Tirando-se as máscaras, revela-se aspectos cruciais da sociedade oitocentista, marcada pela exploração do homem pelo homem. A fuga e a prática da violência contra escravos, denunciadas no trecho supracitado, bem demonstram a tensão social estabelecida pelo sistema escravocrata.

Nota-se que o sistema escravista ainda vigente no Brasil no século XIX chocava-se com as ideias liberalistas vigentes na Europa e criou, no âmbito nacional, um quadro social singular, marcado pela relação de favor. Característico pela presença de três classes, o senhor de escravo, o escravo, e o homem livre, o sistema escravocrata, além de se manter distante da ideologia liberalista de sua época, proporcionou também uma crise de identidades. O senhor de escravos tinha seu papel estipulado, o de proprietário, o escravo, embora também o tivesse, o de propriedade, não se conformava como tal, já o homem livre, dependente do favor do senhor de escravos, mantido entre o proprietário e a propriedade, precisava marcar sua identidade, aproximando-se do senhor na medida em que se afastava do escravo.

No Brasil, cuja “colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o ‘homem livre’, na verdade dependente” (SCHWARZ, 1981, p. 16), a proliferação das ideologias liberalistas colidiu com o sistema escravocrata e gerou um quadro social particular. Schwarz (1981) ressalta que a relação entre latifundiário e escravos era clara, de proprietário e propriedade, entretanto, a posição dos “homens livres” era singular, “nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto de um grande” (SCHWARZ, 1981, p. 16). Notamos que no conto em questão há representantes das três classes citadas: Candido Neves, homem livre, Arminda e seu senhor, respectivamente escrava e proprietário de escravos; assim como são também representadas as relações sociais produzidas por essas classes, a relação de favor e a de propriedade.

Candido Neves é um homem livre que tentara se adaptar a vários ofícios sem, contudo, permanecer em nenhum, já que “tinha um defeito grave [...], não aguentava emprego nem ofício, carecia de estabilidade; é o que ele chamava de caiporismo”. Candinho,

como era chamado em família, tentara ser tipógrafo, mas logo desistiu do ofício, assim como desistiu também da carreira do comércio, uma vez que “a obrigação de atender e servir a todos feria-o na corda do orgulho”, já que o trabalho manual aproximava o homem livre do escravo.

O homem livre, então, constituía uma classe social que vivia em um terreno escorregadio, não era proprietário de terra e estava fora da produção econômica que ficava sob a responsabilidade do escravo, dessa forma, se trabalhava, só era reconhecido por muito favor, e se não trabalhava, era tido como desclassificado. Como observa Schwarz (1983, p. 48), “a existência da escravidão desmerecia o trabalho livre. [...] a ética do trabalho – um dos pilares da ideologia burguesa contemporânea – não encontrava muita fé entre nós”. Podemos notar, então, que o desapego que Candinho tem pelo trabalho está atrelado à incompatibilidade entre ideologia capitalista e modelo escravocrata, pois “o trabalho indiferente à finalidade concreta [...], e sem objetivo além do salário, pertence ao universo do capitalismo. Ao passo que a nenhuma estima pelo esforço é do universo escravista” (SCHWARZ, 1983, p. 48).

As dificuldades de manter a família, composta pela esposa Clara e sua tia Mônica, além do filho que estava para nascer, leva Candinho a exercer um novo ofício, capturar escravos fugidos. Se o trabalho manual exercido por ele anteriormente aproximava-o da casta dos escravos, o novo ofício demarcava distância, uma vez que o tornava mais próximo do extremo oposto, o senhor. Como aponta Lopes,

A captura de escravos fugidos, enquanto atividade financeira e ofício de um momento histórico, constitui-se como exercício de manutenção do direito de propriedade do senhor sobre seu escravo, manutenção esta que, diante da fuga, passa a ser garantida pelas mãos do homem livre (2007, p. 89).

Além do mais, tal ofício “não obrigava a estar longas horas sentado. Só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda” (ASSIS, 2003, p. 363), o que traz a Candinho um novo encanto, pois além de servir à manutenção da ordem escravista, não era demandado por grande esforço. Vejamos o que afirma o narrador a respeito do ofício que Candinho passara a desempenhar:

Ora, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantém a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfãstio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem (ASSIS, 2003, p. 360).

O desejo que Candido Neves tem de se distanciar da classe de escravos e ascender socialmente pode ser notado na passagem em que ele, na procura por uma escrava fugida, interroga um farmacêutico se havia visto pelas redondezas tal cativa. Como destaca a voz narrativa, “Candido Neves parecia falar como o dono da escrava, e agradeceu cortesmente a notícia” (ASSIS, 2003, p. 367).

Outro ponto relevante a se notar é que as relações das personagens livres do conto têm como fundamento a dependência e o favor: Clara, personagem de débil personalidade, órfã de pai e mãe, depende da tia Mônica, com a qual vivia e cosia antes de se casar, além

disso, depende também da providência divina, já que é a ela que recorre por duas vezes na narrativa perante momentos de dificuldades – “Nossa senhora nos dará o que comer” (ASSIS, 2003, p. 362), responde à tia quando esta fala sobre a dificuldade que a sobrinha terá quando tiver um filho, e quando a tia recebe desorientada a notícia de sua gravidez, Clara afirma: “Deus há de nos ajudar titia” (ASSIS, 2003, p. 362). Tia Mônica, após o casamento da sobrinha, passa a depender de Candinho e é quem consegue, no momento mais agudo da crise financeira da família, uma casa emprestada, mais uma relação de favor, da proprietária da casa para com a família.

Na obra machadiana encontramos vários exemplos de agregados que viviam de favor, sob a proteção de uma família de posses e

mesmo não sendo agregado, o lugar ocupado por Candido Neves na narrativa em questão encontra-se marcado pela pobreza, pela ausência de uma profissão, pelo desemprego, pelas relações de favor, o que faz com que seja um representante dos homens livres localizados no regime escravista (LOPES, 2007, p. 90).

A caracterização de Candinho e Clara como livres e distantes da casta de cativos pode ser percebida também por seus nomes, que indicam a brancura do casal, distanciando-os da situação dos escravos e reforçando seu lugar social. A esse respeito destaca ironicamente o narrador: “O casal ria a propósito de tudo. Os mesmos nomes eram objeto de trocados, Clara, Neves, Cândido; não davam que comer, mas davam que rir, e o riso digeriria-se sem esforço” (ASSIS, 2003, p. 362). O comentário do narrador é revelador do papel do homem branco, seu status social só existia em oposição ao negro pelo fator racial, não econômico. Na prática, ambos ocupam o mesmo lugar na dinâmica social: a de explorados. Além disso, tamanha alvura nos remete ao campo semântico da pureza, que por consequência, liga-se à ideia de inocência.

O ofício a que Candido Neves se dedicava já não dava mais lucros como anteriormente, “os escravos fugidos não vinham já, como dantes, meter-se nas mãos de Candido Neves. Havia mãos novas e hábeis. Como o negócio crescesse, mais de um desempregado pegou em si e numa corda, foi aos jornais, copiou anúncios e deitou-se à caçada” (ASSIS, 2003, p. 363-364). Dessa forma, a situação financeira de Candinho, que já não ia bem, agravava-se com a chegada do filho. A crise fora tal que tia Mônica propõe ao casal que levasse o filho, assim que nascesse, à Roda dos Enjeitados. Embora o protagonista tenha se revoltado perante tal proposta, a escassez financeira faz com que ele acatasse o conselho.

É chegado, então, o clímax da narrativa: Candinho, resignado, leva o filho para a Roda dos Enjeitados. No caminho, ao entrar em um beco que liga duas ruas, vê um vulto de mulher e logo reconhece a escrava fugida, de nome Arminda, cuja captura renderia uma recompensa de cem mil réis. Nesse momento, uma esperança se revela para Candido Neves que vai à captura da escrava. Ao ser capturada, Arminda implora para que não seja entregue, uma vez que iria ser castigada e, na situação em que se encontrava, em gestação, os resultados não seriam positivos. É quando o protagonista assevera: “Você é quem tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois?” (ASSIS, 2003, p. 368). A fala de Candinho explicita a ausência de qualquer tipo de solidariedade, nem mesmo o fato de também estar lutando para manter perto de si o filho é capaz de fazer-lhe colocar-se no lugar do outro. Além disso, a gravidez de Arminda, que não espantaria ser fruto de violência sexual, é apontada como sendo de total responsabilidade da escrava, assim como era irresponsabilidade dela fugir no estado em que se encontrava, mesmo que isso significasse a tentativa de salvar o filho da escravidão e, até mesmo, da morte, já que sabia que seria açoitada caso fosse capturada.

Candido Neves não ouve a escrava e a arrasta até a casa de seu proprietário. Durante o percurso, Arminda debatia-se e gemia, e “quem passava ou estava à porta de uma loja compreendia o que era e *naturalmente* não acudia” (ASSIS, 2003, p. 368, grifo nosso). Com a chegada de Candinho e Arminda, o proprietário paga imediatamente a recompensa prometida. Nesse momento, Arminda aborta perante os olhos atônitos do proprietário, dono não só da mãe, mas também da criança que acaba de morrer, e da indiferença de Candinho.

A luta travada entre Candido Neves e Arminda, ambos lutando por seus filhos, justifica o título do conto, Pai contra Mãe. Além disso, ilustra a situação em que se encontrava a sociedade da época, que pautada na exploração do homem pelo homem, gerava uma situação de luta de todos contra todos. Candido Neves luta para ter seu filho junto de si, enquanto Arminda luta para ter seu filho longe dos domínios e, conseqüentemente, da propriedade do senhor. Assim sendo, Candido e Arminda representam as duas classes que ocupavam a base da pirâmide social e que, após a abolição da escravidão, mantiveram-se diferenciadas entre si pela estirpe da cor. O aborto feito pela escrava e a fala final de Candinho, “Nem todas as crianças vingam” (ASSIS, 2003, p. 369), bem representam a herança deixada na sociedade brasileira pelo sistema escravocrata: a profunda desigualdade social e, sobretudo, racial, e a naturalização da violência na busca pela inclusão social, conquistada sempre a partir da exclusão do outro. É essa herança que procuraremos evidenciar nos tópicos seguintes, a partir da leitura de autores contemporâneos.

Violência, medo e segregação

*[...] mas presos são quase todos pretos
Ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres
E pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos (VELOSO, 2000).*

João Romeiro é casado com Soraia Gonçalves e mora num condomínio fechado no bairro de classe média alta na Barra da Tijuca. Na Cidade de Deus, favela de Jacarepaguá, João Romeiro é conhecido como Zinho e comanda o tráfico de drogas. Ele é procurado pela polícia que sobre ele sabe apenas o apelido e que é branco. Zinho e Soraia são personagens do conto “Cidade de Deus”, que faz parte do livro *Histórias de amor*, de Rubem Fonseca, publicado em 1997. Soraia pede ao marido que assassine um menino de sete anos, filho da mulher de seu ex-namorado, para vingar-se das humilhações que ela lhe fizera passar. Zinho atende ao pedido da mulher e manda seu “pessoal pegar o menino quando ele ia para o colégio e levar para a Cidade de Deus. De madrugada quebraram os braços e as pernas do moleque, estrangularam, cortaram ele todo e depois jogaram na porta da casa da mãe” (FONSECA, 1997, p. 13).

Quatro negros, Caroline, Nicholson, Johnattan e outro cujo nome não é mencionado, descem do Morro do Pavão em um domingo de sol e param na frente de um prédio de “bacanas” para filmarem cenas da vida da classe média para um documentário. Ao tocarem o interfone são atendidos pelo porteiro, um nordestino, que mal consegue compreender o que falam tamanho é o medo que sente das quatro pessoas paradas no portão do prédio. Ele não deixa o grupo entrar e interfona desesperado para vários apartamentos pedindo para que chamem a polícia porque ele estava sendo assaltado. A polícia, prontamente, atende ao chamado. Esse é o enredo de “Solar dos príncipes”, o segundo canto do livro *Contos Negreiros*, de Marcelino Freire.

Ambas as narrativas trazem em comum o fato de colocarem “o dedo bem na nossa maior ferida – a violência social descontrolada e absurda – [...] e parece[m] propor perguntas sobre o nosso frustrado sonho de civilização associado à ideia de nação” (PEREIRA, 2003,

p. 198). A reflexão de Pereira (2003) acerca do conto de Rubem Fonseca, em “Imagens de nação e povo na literatura brasileira”, que podem ser estendidas ao conto de Marcelino Freire, nos ajuda a responder a essa pergunta:

Os crimes cometidos no presente de “Cidade de Deus” não se devem exclusivamente ao fato da falência do projeto civilizador entre nós. Na verdade, vista diacronicamente, a história desse processo civilizador deixa ver as escolhas violentas que foram feitas na sua implantação no Brasil. Violência sempre encoberta por discursos sedutores de civilização e formalidade (PEREIRA, 2003, p. 199).

Os dois contos evidenciam toda a violência e a segregação social/racial da sociedade brasileira, assim como o fez Machado de Assis em “Pai contra mãe”. Desta forma, podemos perceber que as questões levantadas no conto machadiano permanecem ainda hoje na sociedade brasileira, apenas com uma roupagem diferente. A violência da captura de Arminda por Candinho em “Pai contra mãe”, assim como o próprio ofício de capturar escravos, no contexto da escravidão, era justificada pela necessidade de manutenção da propriedade do senhor sob o escravo. Qual seria, então, a justificativa para a violência praticada por Zinho e para o medo, que também gera a violência, que causam os moradores do Morro do Pavão, personagens do conto de Marcelino Freire?

Como aponta Pereira (2003) na citação supracitada, o processo civilizatório pelo qual passou o Brasil continha em si o paradoxo da barbárie. Desta forma, não é de se espantar que a violência seja tão presente em nossa sociedade. No que se refere à formação social, vimos que o sistema escravocrata instaurou um quadro de tensões sociais em que a exploração do negro não só era natural como era necessária para a demarcação do lugar do homem branco. Nesse contexto de naturalização da violência, qualquer projeto de nação, a menos que instaurasse uma verdadeira inclusão social, não seria capaz de apagar as marcas deixadas pela escravidão.

Da mesma forma que o homem livre precisava marcar seu espaço social afastando-se do escravo e aproximando-se do senhor, o porteiro de “Solar dos príncipes”, que também constitui uma minoria social, também marca seu lugar de diferença diante do negro, visto somente como criminoso. Por outro lado, o diferencial do traficante Zinho é exatamente o fato de ser branco, o que desconstrói, ou ao menos desestabiliza, estereótipo do branco mocinho e do negro bandido.

Assim, ao criar uma personagem branca, moradora de um bairro de classe média, mas criminosa, e ao criar personagens negras, moradoras de favela, e que não são criminosas, Rubem Fonseca e Marcelino Freire deslocam os lugares sociais estereotipados e revelam a tensão social que se transforma em violência a qualquer sinal de “desequilíbrio” de sua ordem. A naturalização da violência é tão intensa, que Zinho e Soraia conversam sobre o assassinato de uma criança de sete anos na cama, após o sexo, da mesma forma que se fala sobre qualquer assunto banal do cotidiano. Da mesma forma, a naturalização da periculosidade do negro é tão evidente que faz com que o porteiro de “Solar dos príncipes” não perceba que Caroline, Nicholson, Johnattan e o narrador estão no mesmo patamar social que ele.

Desta forma, tanto o crime de “Cidade de Deus” quanto o conflito de “Solar dos príncipes” carregam em si as marcas da sociedade escravocrata. O crime cometido por Zinho a pedido de Soraia carrega a marca da cordialidade (HOLLANDA, 1995), uma vez que a vingança por uma ofensa pessoal é o motivador de crime tão cruel. Por outro lado, a provável prisão dos cineastas negros do Morro do Pavão, assistida por “alguns moradores posando a

cara na sacada” (FREIRE, 2008, p. 26), foi motivada pela necessidade da manutenção da propriedade privada do branco. Necessidade tão enraizada em nossa cultura que não deixa que o porteiro, o herdeiro de Candinho na contemporaneidade, perceba que, embora esteja do mesmo lado da classe média da grade a separa dos pretos, ele é tão preto, ou quase preto, de tão pobre (CAETANO, 2000).

Vale evidenciar, também, a articulação entre violência e inocência, uma vez que os motivos que geraram a violência nos contos mencionados não culpabilizam, imediatamente, os seus agentes. Soraia deseja a morte da criança por motivo de vingança, ou seja, é uma questão passional. Aqueles que dão cabo ao ato, “apenas” obedecem ordens superiores, no caso, do chefe do tráfico, fato que, em certa medida, contribui para o estabelecimento da ordem e o respeito a certa hierarquização. Por outro lado, o medo gerado não somente no porteiro de “Solar dos príncipes”, mas também nos moradores do prédio, está pautado na herança da estigmatização social do negro devido à escravidão. Assim sendo, toda a prevenção e desespero do porteiro, assim como a truculência do tratamento policial são justificados pela necessidade de manutenção da ordem e da propriedade privada, portanto, seus agentes cumprem uma função social primordial, não sendo culpados por qualquer prática violenta que comentam, uma vez que a violência é antigo instrumento de manutenção da ordem.

Percebe-se, portanto, que violência e inocência, embora sejam elementos antagônicos, aparecem na constituição social do Brasil como indissociáveis, ou até mesmo como complementares. O uso da violência como instrumento de manutenção da ordem naturaliza sua prática e inocenta aqueles que a praticam, assim, culpados são apenas aqueles que desestabilizam tal ordem, ou seja, os marginalizados que não aceitam o lugar que lhes foi dado e se rebelam contra ela.

Ninguém é inocente

O conto “O plano”, de Ferréz, faz parte do livro de contos *Ninguém é inocente em São Paulo*, publicado em 2006. Como aponta Faria, o livro “representa na obra de seu autor uma sensível mudança em relação ao foco temático privilegiado nos seus dois romances anteriores e no olhar assumido pelos autores ligados à literatura marginal/periférica de forma geral” (FARIA, 2015, p. 1). Isso se dá pela apropriação do espaço urbano, que pode ser observada no livro, através do olhar e da presença da periferia. Nessa perspectiva, como aponta Faria,

pode-se generalizar, sem erro, que Ferréz é um autor de narrativas urbanas, antes de periféricas (ou que a própria periferia, [...] é uma condição das cidades). Dessa forma, suas obras tomam a cidade não apenas como ambientes dos enredos, mas como elemento configurador da trama, condicionante das personagens e (por que não?) definidor de uma escrita (FARIA, 2015, p. 1).

Nesse movimento de apropriação da cidade, é bastante interessante o olhar que lança o narrador, que é o próprio autor, não somente sob esse espaço, mas também sob a lógica de seu funcionamento. Durante o trajeto, feito no transporte público, para a periferia, o narrador tece reflexões, muito válidas para nossa análise, sobre tal lógica:

Os pés descalços, sujos como a mente da elite, o plano vai bem, todos resignados, cada um uma sequela, chamados desgraçados, nunca têm no bolso o dobro de cinco, nunca passaram na rua da Confluência da Forquilha, e, se passaram,

pararam, entraram nos apartamentos, fritaram rosbife, prepararam lindos pratos e em casa nem o ovo é esperado, cuidam da segurança dos outros e em casa nem isso sonham em ter (FERRÉZ, 2006 p. 15).

O olhar do narrador, que se encontra em trânsito do centro para a periferia, é capaz de capturar não somente a segregação do espaço, mas em que medida ela é reflexo da segregação social. Mais do que isso, Ferréz evidencia “o plano” que há por trás desse sistema:

Não me admira que o plano funcione, os pensamentos são vadios, afinal essa é a soma de tudo, quem? O rei do ponto? Esse tá sossegado, só contando dinheiro. Informação? Não! O povo é leigo, não entende, então não complica, o assunto na favela aqui não vinga seu manual prático do ódio, só Casa dos Artistas, discutir na favela só se o Corinthians é campeão ou não (FERRÉZ, 2006 p. 16).

Esse contexto de segregação e falta de reflexão, nessa perspectiva, apresentam-se como cenário ideal para o funcionamento do plano, que além do mais, conta com a cordialidade, explicitada pelo narrador ao apontar que “o meu povo é assim, vive de paixão, o ideal revolucionário também é pura paixão, muitos amam Lucimares, muitos amam Marias, Josefas, Dorotéias, e, na transubstanciação da dor, um tiro mata um empresário no posto, o plano funciona” (FERRÉZ, 2006 p. 16). A transubstanciação da dor em violência, aparece mais uma vez como característica das relações sociais no Brasil, colocando em evidência a frustração do ideal de civilização que, como já apontado, sempre trouxe consigo o paradoxo da barbárie.

É nessa perspectiva que, com um olhar bastante agudo, o narrador declara:

E quer saber?
NINGUÉM É INOCENTE EM SÃO PAULO.
Somos todos culpados.
Culpados.
Culpados também (FERRÉZ, 2006 p. 16).

A negação da inocência revela uma tomada de consciência que não pode ser observada nas personagens dos contos anteriormente analisados por nós. Contudo, não podemos perder de vista que em “O plano” a voz narrativa não é ficcional, é do próprio autor. Porém, não podemos perder de vista, também, o lugar social de onde emerge essa voz, a periferia, e as implicações políticas que isso acarreta, uma vez que a escrita, nesse contexto, é estratégia de desestabilização do sistema, como aponta o próprio narrador “o ônibus balança que só a porra, tenho até desgosto de continuar a escrever, mas comigo o plano não funciona” (FERRÉZ, 2006 p. 17).

A declaração da parcela de culpa de segmentos sociais demonstra a manutenção da configuração social, evidenciada por Machado de Assis em “O pai contra mãe”, de luta de todos contra todos e o uso da violência como mecanismo de manutenção do poder, como pode ser percebido na declaração do narrador: “Tô no buzão ainda e um maluco me encara, vai se foder, você é meu espelho, não vou quebrar meu reflexo, mas a maioria quebra, faz o que o sistema quer” (FERRÉZ, 2006 p. 17). Contudo, inserir-se no rol dos culpados revela uma tomada de consciência que desestabiliza tal configuração e põe em risco o funcionamento do plano.

Ao afirmar sua culpa e, mais que isso, ao afirmar que “somos [todos] culpados”, Ferréz desestabiliza uma ideia de violência, paradoxalmente vinculada à inocência, como demonstrado anteriormente, uma vez que ele se recusa a praticar a violência gratuita contra seu semelhante, mas aponta que a maioria não faz isso, ou seja, faz exatamente o que o plano determina. Isso demonstra, por outro lado, que a consciência acerca do plano e a recusa de participar dele vêm da voz enunciativa do conto, ou seja, do autor, mas não necessariamente partilhada por todos aqueles aos quais pretende dar voz, os moradores da periferia.

Assim sendo, é a evidenciação do conhecimento de que existe um plano que faz com Ferréz nos coloque a todos como culpados, somos culpados na medida em que permitimos a manutenção de seu funcionamento, somos culpados na medida em que afirmamos e reafirmamos nossa inocência. Portanto, Ferréz aponta que é somente a partir da negação da inocência que o plano pode ser sabotado, além de apontar para a sua roupagem ideológica.

Considerações finais

As leituras dos contos “Pai contra Mãe”, “Cidade de Deus”, “Solar dos príncipes” e “O plano” apresentadas no presente trabalho procuraram evidenciar que a configuração social brasileira figura dentre os temas que interessam à literatura nacional. Procuramos demonstrar que o contraditório projeto de civilização do Brasil, que trouxe consigo o sistema escravocrata, instaurou uma lógica social preocupada com a manutenção do poder por certa parcela da população tendo a exploração e a violência como instrumentos de manutenção da ordem.

Assim sendo, pudemos observar que os lugares sociais do branco e do negro retratados no conto machadiano encontram equivalentes na contemporaneidade como demonstra Marcelino Freire em “O solar dos príncipes”. Além disso, a violência, também retratada por Machado, mostra-se não somente incorporada, mas naturalizada, na sociedade contemporânea como bem demonstra o conto “Cidade de Deus”.

As reflexões tecidas em “O plano” apontam para uma tomada de consciência dessa configuração e, na medida em que denuncia e critica essa lógica, o narrador evidencia reminiscências do traço da cordialidade como característica social brasileira e, ao quebrar o paradigma da inocência, declarando a culpa de todos, complexifica os lugares sociais há muito estabelecidos.

A declaração de culpa e, conseqüentemente, a negação da inocência, que significa a tomada de consciência de um plano que determina as relações sociais pautadas na desigualdade, exploração e violência de todos contra todos, e a intenção direta de sabotagem desse plano por parte daqueles que sempre foram subalternizados, por si só já é um fato de grande importância. Entretanto, tal declaração nos permite tecer reflexões mais profundas na medida em que nos leva a vislumbrar uma mudança de paradigma de representação identitária calcada na inocência, uma vez que ela só pode ser negada na medida em que fora anteriormente afirmada. Mais do que isso, a negação da inocência, a partir do lugar de enunciação que é feita, demonstra a emergência de se repensar a constituição da identidade brasileira levando em conta a percepção de vozes que foram por muito tempo caladas. A inocência, portanto, se apresenta como uma categoria constitutiva da identidade nacional que, ao ser negada, aponta para a necessidade de evidenciar por quem e a interesse de quem fora afirmada.

Violence and innocence: social setting in Brazil

ABSTRACT:

This work investigates how innocence and violence can be seen as characteristics of Brazilian society and how the affirmation of innocence, a mark of national identity, dissembles a violent civilizing process. Subsidizes the work, as well as contemporary authors, such as Rubem Fonseca, Marcelino Freire, Ferréz, and Machado de Assis, the latter has reflected lucidly on the social dynamics of the Brazilian enslaver monarchy.

Keywords: Innocence. Violence. Identity. Social setting.

Nota Explicativa:

*Mestre em Letras: Estudos Literários, Doutoranda em Letras: Estudos Literários. Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Referências

- ASSIS, Machado. *Seus trinta melhores contos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/dowload/texto/ua000283.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2015.
- FARIA, Alexandre. *O deslocamento em Ninguém é inocente em São Paulo como apropriação da cidade*. 2015. No prelo.
- FERRÉZ. *Ninguém é inocente em São Paulo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- FONSECA, Rubem. *Histórias de amor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *Contos reunidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- FREIRE, Marcelino. *Contos negreiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INOCENCIA. *Diccionario Etimológico: Etimología de Chile*. [201?]. Disponível em: <<http://etimologias.dechile.net/>>. Acesso em: 8 ago. 2015.
- LOPES, Elisângela Aparecida. *Homem de seu tempo e de seu país: senhores, escravos e libertos nos escritos de Machado de Assis*. 2007. 171 f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- NOGUEIRA, Roberto Círio. Jagunços, pivetes e outros inocentes. In: FARIA, Alexandre; PENNA, João Camillo; PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do (Org.). *Os modos da margem: figurações da marginalidade na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2015, p. 75-101.
- PEREIRA, Terezinha Scher. Imagens de nação e de povo na literatura brasileira. In: NASCIMENTO, Evando; OLIVEIRA, Maria Clara Castellões; SILVA, Teresinha V. Zimbrão (Org.). *Literatura em perspectiva*. Juiz de Fora: EdUFJF, 2003, p. 201-200.

PINTO, Andressa Marques. *José, autor de Rubem Fonseca: os processos de subjetivação através da escrita e da memória*. 2013. 159f. Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos Literários) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SCHWARZ, Roberto. *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

VELOSO, Caetano. *Noites do norte*. [s.l.]: Universal, p. 2000. 1 CD.

Enviado em: 31 de agosto de 2015

Aprovado em: 27 de março de 2016